

A LITERATURA COLONIAL DE MULHERES: FERNANDA DE CASTRO E MARIA AMÉLIA RODRIGUES NOS CONCURSOS DE LITERATURA COLONIAL (1926-1931)

Colonial women's literature: Fernanda de Castro and Maria Amélia Rodrigues in the Colonial Literature Competitions (1926-1931)

Helder Thiago Cordeiro Maia

<https://orcid.org/0000-0001-8196-3199> 

Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Comparatistas, Lisboa, Portugal, 1600-214, cecomp@letras.ulisboa.pt

Resumo: A partir das considerações de Inocência Mata (2014) sobre a literatura colonial portuguesa e de Ana Paula Ferreira (2020) e Jessica Falconi (2021) sobre a literatura colonial portuguesa de autoria feminina, analisamos neste artigo três romances de autoria feminina, *Mariazinha em África* (1925) e *O veneno do sol* (1929), de Fernanda de Castro, e *Adão e Eva* (1931), de Maria Amélia Rodrigues, que concorreram nos Concursos de Literatura Colonial portuguesa entre 1926 e 1931. Estamos interessados em investigar como a autoria feminina reelabora ou reafirma alguns tópicos da literatura colonial, assim como possíveis elementos distintivos da autoria feminina. De forma geral, entendemos que as autoras foram cúmplices do colonialismo português, ao mesmo tempo em que produziram novas perspectivas estéticas e políticas para a literatura colonial.

Palavras-chave: literatura colonial de autoria feminina; Fernanda de Castro; Maria Amélia Rodrigues.

Abstract: Based on the considerations of Inocência Mata (2014) regarding Portuguese colonial literature and Ana Paula Ferreira (2020) and Jessica Falconi (2021) on Portuguese colonial literature authored by women, this article analyzes three novels by female authors: *Mariazinha em África* (1925) and *O veneno do sol* (1929) by Fernanda de Castro, and *Adão e Eva* (1931) by Maria Amélia Rodrigues, who competed in the Portuguese Colonial Literature Competitions between 1926 and 1931. We are interested in understanding how female authorship reworks or reaffirms certain themes of Portuguese colonial literature, as well as possible distinctive elements of female authorship. In general, we understand that the authors were accomplices of Portuguese colonialism, at the same time that they produced new aesthetic and political perspectives for colonial literature.

Keywords: colonial literature by women; Fernanda de Castro; Maria Amélia Rodrigues.

Kiuá Kokueto, Mametu Ria Amaze Kiuá
Tradição Bantu

As mulheres brancas são colonizadas e colonizadoras,
ambiguamente cúmplices na história da ocupação da África
Anne McClintock

Introdução

Organizados inicialmente a partir da Portaria 4.565, de 12 de janeiro de 1926, os Concursos de Literatura Colonial portuguesa visavam “intensificar por todos os meios a propaganda das nossas colônias e da obra colonial portuguesa”, e entendiam que a literatura, especialmente o romance, “constitui um excelente meio de propaganda, muito contribuindo para despertar, sobretudo na mocidade, o gosto pelas causas coloniais” (Boletim, 1926/7, p. 169). Realizados anualmente entre 1926 e 1974, à exceção dos quatro anos em que não foi promovido (1932, 1952, 1953 e 1973), os Concursos de Literatura Colonial premiaram cento e vinte e nove obras em diferentes categorias (Garcia, 2011).

Apesar da longevidade do certame e do número extenso de vencedores, ao longo de suas quarenta e cinco edições, os Concursos premiaram apenas sete obras de autoria feminina, a saber: *A mulher na Índia Portuguesa*, em 1933, da luso-goesa Propércia Correia Afonso de Figueiredo; *Feitiços: contos*, em 1935, e *Branco e negros: contos*, em 1955, ambos da portuguesa Guilhermina de Azeredo, que viveu em Angola por mais de dez anos; *Sozinha no Mato*, em 1951, da portuguesa Márcia Ivens Ferraz, que viveu em Moçambique por mais de dez anos; *Livro de Água*, em 1961, da portuguesa Glória de Sant’Anna, que viveu em Moçambique por mais de vinte anos; *A expansão portuguesa e o sentimento religioso*, em 1965, da investigadora portuguesa Maria Benedita Aires de Araújo; e *Ivuenú! oiçam!*, em 1967, da portuguesa Maria Teresa Galveias.

A despeito do exíguo número de livros de autoria feminina premiados, há um conjunto maior de obras que participaram dos Concursos. Neste artigo, examinaremos parte dessa biblioteca colonial portuguesa de autoria feminina, especialmente aquela que foi produzida durante a fase republicana dos Concursos, o que corresponde aos certames realizados entre 1926 e 1931, que se organizavam a partir da já referida Portaria 4.565/1926. Nesse período, nenhum livro de autoria feminina foi premiado, no entanto, cinco obras concorreram ao longo dos seis concursos realizados, a saber: *Mariazinha em África: romance para meninos*, em 1926, e *O veneno do sol: romance*, em 1928, ambas de Fernanda de Castro; *D’aquem & D’alem-mar: chronicas de viagem (1923-1924)*, em 1928, de Veva de Lima; *D’alem mar em África*, em 1928, de Branca de Portugal, pseudônimo de Maria Leonor Correia de Matos; e *Adão e Eva: romance colonial*, em 1931, de Maria Amélia Rodrigues.

Devido às limitações ao tamanho deste artigo, analisaremos as duas obras de Fernanda de Castro, além do romance de Maria Amélia Rodrigues. A escolha pelas duas autoras deve-se ao fato de as três obras serem publicadas como “romances”, gênero literário mais bem-quisto pelos Concursos de Literatura Colonial por sua suposta capacidade em melhor mobilizar a juventude em torno do colonialismo português. Ademais, a obra de Veva de Lima (1928) foi analisada anteriormente por mim¹, enquanto o livro de Branca de Portugal (1928) não é, atualmente, encontrado em bibliotecas públicas

¹ Sobre as crônicas de Veva de Lima, ver Maia (2023).



portuguesas.

A partir de Inocência Mata (2014), estamos interessados em analisar como essas obras retomam, reproduzem ou distorcem a literatura colonial portuguesa, especialmente nessas características paradigmáticas: a construção subalternizante das populações africanas, o heroísmo dos colonizadores portugueses, o espaço como *locus horrendus*, a apologia da colonização como missão civilizadora e o desejo em despertar na juventude portuguesa o gosto pelas causas coloniais. Ademais, em diálogo com Ana Paula Ferreira (2020) e Jessica Falconi (2021), nos interessa analisar também, tanto do ponto de vista do conteúdo quanto do ponto de vista estético, possíveis elementos distintivos da autoria feminina colonial durante o período republicano.

Fernanda de Castro: o veneno de Mariazinha e Maria Luiza

De autoria provável de Armando Cortesão, então diretor da Agência Geral das Colônias e dos Concursos de Literatura Colonial, a ata do primeiro certame, acrescida de comentários sobre as obras inscritas, aponta duas expectativas, explicitamente articuladas a partir de marcadores de gênero, para os próximos certames: uma maior colaboração “dos nossos homens de letras” no envio de obras para os Concursos e que os livros servissem tanto para despertar na mocidade (masculina) o gosto e o desejo de trabalhar nas colônias portuguesas (em África), quanto para convencer as mães portuguesas que os “filhos” que vão para as colônias “cumprem um dever sagrado que todos os portugueses têm” e que os perigos que as colônias oferecem “não passam de lendas e imaginações” (Boletim, 1926/14, p. 152).

Rompendo com parte dessas *gendradas* expectativas literárias, especialmente aquela relacionada à autoria, *Mariazinha em África: romance para meninos*, de Fernanda de Castro, concorreu com outras quatro obras, de autores homens, pelo prêmio do I Concurso de Literatura Colonial. No entanto, apesar de ser recebida como “uma bela tentativa de literatura colonial infantil”, gênero literário inédito na literatura colonial portuguesa, que seria capaz de despertar no espírito e na fantasia infantil o gosto pela vida colonial (Boletim, 1926/14, p. 154), e da autora ser saudada como uma “Senhora já consagrada nas letras portuguesas, como poetisa e prosadora ilustre” (Boletim, 1926/14, p. 154), a obra foi desclassificada do Concurso “por não corresponder, materialmente, às condições exigidas por lei” (Boletim, 1926/14, p. 154). Afinal, conforme o artigo 5º, da Portaria 4.565, os textos submetidos deveriam ter a quantidade mínima obrigatória de 200 páginas, o que levou à desclassificação do romance, uma vez que este tinha apenas 134 páginas.

Dois anos depois, em 1928, *O veneno do sol: romance*, também de Fernanda de Castro, disputava com outras dez obras o prêmio do III Concurso de Literatura Colonial. Nesse certame, concorreram outros dois livros de autoria feminina: as obras de Veva de Lima (1928) e de Branca de Portugal (1928). O romance de Castro, que cumpria todos os requisitos da Portaria, não foi desclassificado, mas também não foi premiado, apesar dos



elogios à autora, descrita como um “nome já consagrado nas letras portuguesas, onde ocupa um lugar de destaque”, e dos elogios ao texto, entendido como “um lindo romance”, de “belas páginas”, que faz “triumfar essa eterna e poderosa força, sempre vencedora” da mocidade (Boletim, 1928/38, p. 140). A recepção também destaca que foram adquiridos, pela Agência Geral das Colónias, 524 exemplares de *Mariazinha em África* que foram posteriormente distribuídos “como prêmio às crianças das escolas de Lisboa” (Boletim, 1928/38, p. 140).

Apesar de não ter sido premiado, *Mariazinha em África*, além de ser o primeiro texto colonial português para crianças, é certamente o maior sucesso editorial entre as obras que concorreram nos Concursos de Literatura Colonial, acumulando doze edições revisadas, que foram publicadas entre 1925 e 2007. Neste artigo, analisaremos a obra somente a partir da sua primeira edição, no entanto, é preciso apontar que, ao longo dos mais de oitenta anos de sua publicação, o texto não só foi alterado ao sabor das mudanças da política colonial portuguesa², como bem analisam Moema Augel (2007), Leopoldo Amado (2013) e Margarida Beirão (2018), como também contou com dois diferentes subtítulos, “romance para meninos” nas duas primeiras edições e “romance infantil” nas edições seguintes, além de três diferentes ilustradoras: Sarah Afonso, que ilustrou as duas primeiras edições, Ofélia Marques, que produziu as ilustrações das edições das décadas de 40 e 50, e Inês Guerreiro, que ilustrou as edições das décadas de 60 e 70 (Beirão, 2018). O livro ainda teve uma continuação, de teor político e estético semelhante, a obra *As Aventuras de Mariazinha*, publicado em 1929, que, posteriormente, em 1959, teve o título alterado para *Novas Aventuras de Mariazinha*, conforme Beirão (2018).

Ainda que não tenha alcançado a popularidade do romance infantil, *O veneno do sol* teve três edições, em 1928, 1929 e 2006. Ademais, em 1991, foi transformado em minissérie televisiva, sendo exibida pela RTP em 1992³. Embora não percebamos alterações significativas entre as três edições, consideraremos neste artigo o romance em sua segunda edição.

Apesar de apresentar, como argumenta Beirão (2018), um (superficial) “mosaico étnico” dos diversos grupos que compõe a Guiné – mandingas, mancanhas, fulas e bijagós –, e de destacar algumas diferenças físicas e culturais entre os diferentes grupos, de forma geral, podemos dizer que *Mariazinha em África* divide as populações nativas a partir de

² Apesar de não ser o centro dos interesses deste artigo, aponto duas modificações promovidas pela terceira edição do livro que dizem respeito a questões raciais que foram sendo alteradas ao sabor das mudanças na política colonial portuguesa. Enquanto na primeira edição *Mariazinha* é descrita como “muito morena” (Castro, 1925, p. 50), o que lhe confere certa invisibilidade entre as populações nativas (Castro, 1925, p. 76), na edição de 1940, para afastar qualquer mal-entendido sobre a identidade racial de *Mariazinha*, a personagem é descrita apenas como “morena e tinha cabelos pretos” (Castro, 1940, p. 58). Nesse mesmo sentido, quando a família de *Mariazinha* retorna a Portugal acompanhada de Vicente, criado negro narrado na obra de forma infantilizada, enquanto na edição de 1925 as primeiras palavras de Vicente são “*Preto também ser gente*” (Castro, 1925, p. 133), o que parece ser uma reivindicação de sua humanidade, na terceira edição, Vicente apenas diz: “*Lisboa terra grande, terra bonita! Mim estar contente, mim gostar todos, mim dançar batuque*” (Castro, 1940, p. 191).

³ Para assistir a minissérie *Veneno do Sol*, ver <https://arquivos.rtp.pt/programas/veneno-do-sol/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

uma modulação entre aqueles que seriam (supostamente) mais ou menos selvagens, ou melhor, entre maus e bons selvagens, entendidos como os que não se assimilam e os que trabalham para os brancos. Por conta disso, enquanto não consegue perceber a que grupo pertence um determinado personagem negro, o primeiro contato de Mariazinha é sempre mediado pelo medo (Castro, 1925).

Sem demonstrar empatia ou solidariedade com as populações nativas, a obra descreve alguns comportamentos sádicos de portugueses, como no episódio em que jogam moedas para crianças negras que se arriscam a pegá-las em uma área com grande risco de ataque de tubarões (Castro, 1925), ou quando diz que era costume dos brancos bater nos criados negros (Castro, 1925). Apesar disso, há certa equiparação entre brancos de “terceira classe” (Castro, 1925) com aqueles que são considerados bons selvagens, o que demonstra certa intersecção desumanizante entre classe e raça. Nesse sentido, alguns “pretos” podem ser mais asseados do que os criados da família em Lisboa (Castro, 1925), e até mesmo menos “selvagens” (Castro, 1925) e mais inteligentes do que alguns brancos (Castro, 1925). Como argumenta Ana Paula Ferreira,

In addition to guarding the boundaries and the hence integrity of the (white) “race,” women were also expected to keep the classes separate and to neutralize any ambition of upward mobility [...] Anxieties over class conflict and, most of all, contamination of the rich by the poor, the urban by the rural, the healthy by the sick, have gone hand in hand with anxieties regarding racial mixing mounting in the context of late empire since the end of the nineteenth century and throughout the first decades of the twentieth (Ferreira, 2020, p. 85).

Cabe apontar, no entanto, a recorrente aproximação racista entre as populações negras e diferentes espécies de macacos. Nesse sentido, apesar do narrador afirmar que “os pretos detestam os macacos, porque os brancos costumam dizer que são irmãos dêles” (Castro, 1925, p. 82), diz-se que uma noiva mancanha senta-se como um macaco (Castro, 1925), que crianças negras saltam como macacos (Castro, 1925) e um chimpanzé é batizado como mulato (Castro, 1925). De forma geral, podemos dizer também que as características culturais das populações negras são descritas ora como infernais, como as festas e músicas dos mandingas (Castro, 1925), ora como nojentas, como os penteados e comidas dos mancanhas (Castro, 1925), ora como precárias, como os instrumentos musicais dos fulas (Castro, 1925).

Em *O veneno do sol*, Fernanda de Castro também apresenta um (superficial) “mosaico étnico” guineense, composto não só por mandingas, mancanhas, fulas e bijagós, mas também por biafadas e balantas, além de judeus negros e persas. Do mesmo modo, divide as populações africanas entre mais ou menos selvagens, mais ou menos assimiladas. Constrói-se também, de forma geral, a ideia das populações nativas como “rudes” (Castro, 1929, p. 25), “primitivas” (Castro, 1929, p. 56), “selvagens” (Castro, 1929, p. 172) e “preguiçosas” (Castro, 1929, p. 192). O contato com os diferentes grupos étnicos guineenses, no entanto, não parece mediado pelo medo, ou qualquer outra tensão, ao



contrário, a narrativa constrói uma “harmonia” social capaz de manter hierarquias raciais e de gênero estáveis. Ademais, ao contrário de *Mariazinha*, a estratégia de comparar grupos humanos com animais não é necessariamente desumanizante, uma vez que brancos e negros são aproximados positivamente a animais.

Apesar da obra afirmar a suposta superioridade cultural e civilizacional do colonizador, há tensionamentos. Nesse sentido, por exemplo, o narrador diz, ao comentar as relações extraconjugais dos portugueses Leonor e Fernando, que a “poligamia é menos monstruosa do que as bárbaras leis [da monogamia] dos europeus” (Castro, 1929, p. 33).

Em contraposição ao casal formado por Maria Luiza e Pedro, o casal heroico e jovem, Leonor e Fernando representam um casal de “degenerados”, a adúltera e o alcoólatra, que deveriam desaparecer, o que não invalida por completo a crítica do narrador, o qual, por mais de uma vez, refere-se à situação da mulher branca no casamento como uma “escravidão” (Castro, 1929, p. 48).

Outro tensionamento diz respeito a Alberto, um médico higienista “gasto” para o casamento, que, a partir do exotismo europeu em relação ao Oriente, afirma que “A Europa é uma invenção mesquinha dos civilizados – os verdadeiros bárbaros” (Castro, 1929, p. 83). Essas tensões, no entanto, não são capazes de desestabilizar o tópico da subalternização das populações nativas, afinal, como argumenta Anne McClintock (2010, p. 112), “A ambivalência pode bem ser um aspecto crítico da subversão, mas não é um agente suficiente do fracasso colonial”.

No que se refere ao colonizador português, em *Mariazinha em África*, há também uma divisão entre os brancos, de um lado estão os de “terceira classe”, que por vezes são equiparados às populações nativas, do outro estão os “bons” colonizadores, os guardiões da civilização. A ideia da superioridade civilizacional e cultural portuguesa é afirmada por todo o livro, apesar disso, não só falta heroísmo nas ações dos colonizadores, como também aparecem indícios recorrentes da precariedade e do improvisado da colonização portuguesa em Guiné-Bissau. Nesse sentido, por exemplo, diante de uma epidemia de febre amarela, causada pela falta de aterramento e de saneamento dos pântanos, os colonizadores fogem (Castro, 1925). Nessa atrapalhada fuga, estes não só subornam e corrompem uns aos outros para comprar lugares no navio (Castro, 1925), como também o navio fica à deriva por falta de carvão (Castro, 1925). Improvisado semelhante acontece quando o automóvel que leva o governador e outras autoridades coloniais em uma viagem para Bissau para no meio do caminho por falta de gasolina (Castro, 1925). Ademais, é preciso apontar que a cena de maior heroísmo do livro é protagonizada por Otolo, “um preto que vinha para guiar” (Castro, 1925, p. 63-64), que arrisca a própria vida e salva as meninas Mariazinha e Maria Ana da morte iminente após um acidente de carro, enquanto os homens brancos apenas assistem ao salvamento e as mulheres brancas desmaiam (Castro, 1925).

Em *O veneno do sol*, os brancos colonizadores estão divididos em dois grandes grupos, os degenerados e os regenerados. Os degenerados, representados pelo casal de amantes Fernando e Leonor, são uma geração mais antiga que teria falhado em sua tarefa



de serem “bons” colonizadores. Muitos deles vieram como “degradados” (Castro, 1929, p. 95), outros chegaram mandados pelo governo, “já cansados, desiludidos, moralmente gastos”, e estavam mais interessados em se aposentarem, porque os anos de trabalho nas colônias contavam em dobro, do que na obra colonial (Castro, 1929, p. 200). Em África, os homens degenerados, de acordo com o narrador, tornaram-se alcoólatras, viciados em jogos e relacionaram-se com mulheres nativas, enquanto as mulheres degeneradas tornaram-se adúlteras, frívolas e histéricas (Castro, 1929). Para o degenerado Fernando, a culpa é toda do sol, “que dissolve o sangue [...] que abrasa o cérebro, que obriga o corpo a uma imobilidade absoluta [...] e desvirtua a alma”, por isso o único remédio é “a fuga covarde para evitar a destruição total” (Castro, 1929, p. 199).

Entre os degenerados e os regenerados está Alberto, um médico higienista, degenerado, gasto para o amor e falhado em sua “missão civilizatória” (Castro, 1929, p. 153), mas que é capaz de perceber o “fracasso” da sua geração. Para Alberto, o problema não é o sol, nem o clima, mas sim os homens e mulheres que chegaram a Guiné-Bissau. Nesse sentido, faltaria nos degenerados, como ele, a “saúde da alma” (Castro, 1929, p. 95). O remédio, portanto, não seria fugir e abandonar a obra colonial, mas sanear moralmente os colonizadores (Castro, 1929), o que só seria possível com a chegada de uma nova geração, uma mocidade “sem taras”, de alma saudável e forte, que viesse para Guiné-Bissau não para caluniar a terra, arrancando fortunas e depois retornando para a metrópole, mas para fazer a obra colonial, para fazer ressurgir a vontade morta e “reabilitar” a obra colonial portuguesa através do trabalho árduo (Castro, 1929). O veneno do sol, portanto, não seria mais do que uma invenção dos degenerados (Castro, 1929, p. 95), que só aniquilaria os fracos, os degenerados, enquanto em uma nova mocidade, “sem taras”, ao contrário, o sol enriqueceria o sangue (Castro, 1929), como podemos ver no trecho a seguir:

lam casar. Como casam os noivos nas aldeias brancas de capelinhas floridas. Maria Luiza e Pedro, corpos e almas puros como hóstias bentas, iam casar na terra negra, na terra caluniada que fora doce aos seus corações e se fizera branda sob os seus passos. De mãos dadas e almas dadas, continuaram juntos, mais fortes do que nunca, a sua doce missão reabilitadora. Sob o sol odiado, que os outros ameaçam como cães que ladram à lua, eles iriam, de cabeça descoberta, a caminho da felicidade que se ganha passo a passo, beijo a beijo, hora a hora, e que, por ser mais difícil, é mais duradoira e tem mais sabor (Castro, 1929, p. 182).

Os regenerados, representados, portanto, pelo casal Maria Luiza e Pedro Amaral, são os únicos capazes de “reabilitar” a obra colonial portuguesa. Em Maria Luiza, encontramos a virgem heroica que sobrevive, com a ajuda de Alberto, à corrupção moral dos degenerados, ao “contágio voluptuoso dos homens, defendida pela sua própria virgindade indefeza” (Castro, 1929, p. 181), em Pedro Amaral, encontramos o colono heroico, o homem novo, capaz de vencer o sol, as adversidades e delas sair “purificado” (Castro, 1929, p. 181). Ele teria o sangue novo, rico, vermelho como o sol, ela teria a força oculta e infinita da terra, “que apronta o corpo viçoso das virgens para o supremo sacrifício



da maternidade” (Castro, 1929, p. 181-182). Através destes, a terra caluniada ressurgiu como “terra máscula”, generosa, leal e capaz de matar todas as fomes através do trabalho árduo (Castro, 1929, p. 183-186). Os regenerados representam, portanto, o colono heroico, e o trabalho árduo é o caminho para este heroísmo.

Em *O veneno do sol*, mas também em *Mariazinha em África*, especialmente através do pedido de casamento do príncipe Mamadu a Mariazinha (Castro, 1925), a miscigenação entre as populações nativas e os colonizadores, entre negros e brancos, é algo narrado não só como indesejado, mas também como sintoma de degeneração, sintoma do fracasso colonial português em África. Na continuidade explícita que existe entre Mariazinha e Maria Luiza, as mulheres portuguesas são narradas não só como guardiãs da raça branca e da identidade portuguesa, mas também como agentes coloniais em sua capacidade de gerar uma descendência branca, descrita como moral e fisicamente saudável, a qual seria capaz de “reabilitar” a colonização portuguesa.

Quanto ao espaço, em *Mariazinha em África*, Guiné-Bissau é construída como um lugar idílico, mas que esconde perigosos animais, como tubarões e crocodilos (Castro, 1925). Cabo Verde, no entanto, é descrito como *locus horrendus*, um lugar muito pobre, feio e de muita fome (Castro, 1925). Em *O veneno do sol* há uma preocupação da autora, similar a outras obras coloniais do mesmo período, como *Em terra de pretos* (1929), de Henrique Galvão, em desconstruir o mito da inospitalidade africana com o fim de estimular a migração de novos colonizadores para África. Nesse sentido, na percepção dos portugueses degenerados, o espaço é construído como *locus horrendus*, um veneno mortal (Castro, 1929), mas para os portugueses regenerados, que representam o imigrante desejado, os perigos do clima, especialmente do sol, e também da geografia, não passam de uma invenção (Castro, 1929), um “preconceito covarde” (Castro, 1929, p. 182). Assim sendo, podemos dizer que enquanto na obra infantil há tanto espacialidades idílicas quanto *locus horrendus*, no romance a ideia de África como *locus horrendus* é construída como uma invenção de portugueses degenerados, fracos e covardes (Castro, 1929).

Isto posto, de forma geral, podemos dizer que as duas obras, apesar de não narrarem feitos heroicos dos colonizadores, produzem uma apologia de uma suposta superioridade cultural e civilizacional portuguesa, concomitantemente uma subalternização das populações africanas, o que termina por justificar a suposta “missão civilizatória”. Ainda que direcionadas a públicos leitores distintos, as duas obras buscam também despertar o gosto pelas causas coloniais, seja através das aventuras vividas pela menina Mariazinha, seja através do jovem casal Pedro e Maria Luiza, construídos como o modelo de colonizadores desejado. Ambas as obras, portanto, ao apostarem na juventude, convocam homens e mulheres jovens a serem parte do projeto colonial português.

Quanto às especificidades da autoria feminina, destacamos que, em *Mariazinha em África*, há não só a criação de um novo gênero literário dentro da literatura colonial portuguesa, o “romance infantil”, que convoca meninos e meninas portuguesas a imaginarem Guiné-Bissau como um espaço português onde se é possível viver grandes



aventuras, mas há também uma certa desestabilização da ordem colonial de gênero, especialmente através da problematização das ideias de fragilidade/passividade feminina e de força/atividade masculina a partir de crianças portuguesas. Nesse sentido, apesar de ser vendida inicialmente como um “romance para meninos”, a obra não tem meninos como protagonistas, além disso, Mariazinha é construída como uma criança forte, corajosa, curiosa e aventureira, enquanto um dos seus irmãos, Joãozinho, é narrado como um menino frágil, medroso e “maricas” (Castro, 1925). Podemos perceber essa desestabilização de estereótipos de gênero no trecho a seguir, que mostra um diálogo entre Mariazinha e Joãozinho:

- E não tens medo? – perguntou o Joãozinho, que não era lá muito valente, continuando a conversa.
- Eu não! – respondeu Mariazinha – Também o papá fez uma quantidade de viagens e nunca lhe aconteceu nada.
- Mas o papá é um homem e tu és uma menina!
- Ora! Não sejas tolo! Cuidas talvez que só acontecem desgraças às raparigas?! O que é preciso é não ter medo. (Castro, 1925, p. 6).

Em *O veneno do sol*, ao contrário, repete-se os estereótipos da fragilidade/passividade feminina e da força/atividade masculina, não só na relação entre Leonor e Fernando (Castro, 1929), mas também na relação metrópole *versus* colônia. Nesse sentido, Portugal, aos olhos de Maria Luiza, representaria uma “terra feminina [...] onde a própria vitória tem o sabor do fracasso”, enquanto a colônia africana seria a “terra máscula, onde é preciso uma luta para cada triunfo” (Castro, 1929, p. 183). Apesar desse trecho soar como uma emasculação da metrópole, entendemos, no entanto, que o que se procura é destacar a utilidade da mulher branca nas colônias, como mães, como colaboradoras do homem branco e principalmente como guardiãs da raça e da portugalidade.

Ademais, ainda que a obra restrinja o papel da mulher branca, especialmente das regeneradas, ao de colaboradoras, à maternidade e ao de guardiãs da família, da raça e da portugalidade, o romance também aponta questões importantes para estas, como a violência doméstica (Castro, 1929) e o casamento entre brancos como um lugar de pouca afetividade, que se assemelharia à escravidão (Castro, 1929). Nessa perspectiva, a dicotomia masculinidade racional *versus* mulheridade emotiva, fantasiosa, ainda que não seja negada, ao invés de ser construída como uma característica inata das mulheres que as infantilizaria, é percebida como uma estratégia desenvolvida pelas mulheres (brancas) para sobreviver ao casamento e à violência das normas (coloniais) de gênero. Nesse sentido, como diz Leonor: “- Ai de nós se não fosse a imaginação! A nossa realidade são vocês, homens do século XX. Que remédio senão pedir à fantasia um pouco de imprevisto....” (Castro, 1929, p. 77). Nas duas obras, entretanto, não há espaço nem para se pensar os dilemas de mulheres negras nem para estabelecer laços de sororidade com estas.



Maria Amélia Rodrigues: o recreio de Adão e Eva

No último ano da fase republicana, a ata do VI Concurso de Literatura Colonial é publicizada sem os costumeiros comentários de Cortesão, então diretor do certame. Por conta disso, as informações são breves e indicam apenas que junto com *Adão e Eva: romance colonial*, de Maria Amélia Rodrigues, outras oito obras concorreram ao prêmio, sendo todas de autoria masculina. O romance de Rodrigues, no entanto, teve um destino semelhante ao da primeira obra de Fernanda de Castro (1925), seu valor literário foi reconhecido, mas a obra foi desclassificada devido à “insuficiência do número de páginas” (Boletim, 1932/87-87, p. 141), apesar da única edição do romance contar com 283 páginas⁴.

De modo similar aos dois romances analisados de Fernanda de Castro, em *Adão e Eva: romance colonial*, Maria Amélia Rodrigues apresenta o espaço moçambicano, especialmente Tete, Boroma e Massangano, do começo do século XX, a partir de um superficial “mosaico étnico” do qual fazem parte angónis, sengas, barués, monhés, mozungos e outros. No entanto, ainda que nesse mosaico étnico nem todos tenham voz, podemos dizer que há uma polifonia maior na obra de Rodrigues, a qual chega a incluir as vozes de alguns nativos assimilados, sobre as quais falaremos adiante. A maior polifonia das vozes dos colonizadores, ainda que não desestabilize o tópico da literatura colonial em relação à representação subalterna dos negros africanos serve para complexificar a colonização portuguesa no início do século XX, assim como a figura do colonizador. No trecho a seguir, podemos perceber, por exemplo, através do diálogo entre o engenheiro Álvaro Lobo e o delegado de Tete, que a própria ideia de colonização é posta em discussão.

- Do que havia de ser, meu amigo? Nas colónias, três, quatro europeus reunidos, falam de colonização. Dizem-se injustiças, dão-se alvitres, blasfema-se e, sobretudo, passa-se o tempo.
- Mas finalmente, daremos nós todos, os que aqui estamos reunidos, a mesma equivalência ao vocábulo colonizar? Talvez.... Quanto a mim entendo que não basta desenvolver as riquezas da região. É preciso melhorar as condições morais, materiais e intelectuais do indígena. É preciso, sobretudo, que a nossa inteligência guie o nosso maravilhoso instinto colonizador. Na Metrópole deviam preparar-se, cuidadosamente, os futuros colonos. *Mens sana in corpore sana*. É esta falta de preparação a gravíssima determinante dos nossos erros. Vem-se para Africa sem planos, com uma ideia apenas: Fazer fortuna. Critério egoísta, quási destructivo... (Rodrigues, 1931, p. 118-119).

De forma geral, no entanto, as populações nativas e suas culturas são narradas a partir da chave da infantilização civilizacional e cultural. Essa perspectiva, que produz uma subalternização de teor paternalista, onde o colonizador é construído como o civilizador-pai-educador e o colonizado como incivilizado-criança-educanda, serve não só para justificar a colonização como “missão civilizadora”, apesar da precariedade com que é narrada, mas também para negar a cultura, a racionalidade e a civilização moçambicanas.

⁴ Possivelmente a obra foi entregue datilografada e não cumpria o número mínimo de páginas exigido.



Nesse sentido, quaisquer qualidades nativas, quando narradas, são reduzidas à ideia do instinto infantil e da falta de racionalidade. Assim, ocorre, por exemplo, quando uma portuguesa que nunca esteve em África elogia a ourivesaria moçambicana, ao que Margarida, a Eva que dá título ao romance, faz questão de esclarecer que tudo é feito por acaso, ou melhor, por mero instinto (Rodrigues, 1931). A infantilização africana pode ser observada também na fala de um Major português que diz “Tenho, quanto a mim, a certeza de que a raça negra está na infância. E, como nas crianças, encontramos-lhes, latentes, todas as virtudes e todos os vícios” (Rodrigues, 1931, p. 153), assim como na fala de Manuel, que afirma não existir ciência e lógica em África e, por isso, “Os pretos como os meninos são atraídos pelo maravilhoso” (Rodrigues, 1931, p. 20).

Outras duas personagens femininas, Maria Irene e Maria Ana, narradas como antíteses uma da outra (Rodrigues, 1931), como extremos em suas percepções e relações com as populações negras, nos ajudam a perceber formas de subalternização em disputa. De um lado, uma mulher frívola que percebe África apenas como um local de enriquecimento fácil, do outro, uma católica que apela à educação (cristã) como forma de retirar os africanos da sua suposta infantilidade. Nesse sentido, enquanto Maria Irene, “a mulher do delegado” (Rodrigues, 1931, p. 105), diz que os pretos são “muito estúpidos” (Rodrigues, 1931, p. 106), são “a escória humana, não apenas fisicamente, como moralmente também” (Rodrigues, 1931, p. 153) e que tudo em África é “primitivo” (Rodrigues, 1931, p. 183), Maria Ana, descrita como uma cristã culta e afável (Rodrigues, 1931, p. 54), sugere que a culpa do “primitivismo” africano é também das mulheres portuguesas que não vão para África para educá-los (Rodrigues, 1931, p. 106), e que odiá-los, suportá-los ou ser cruel é um erro que afronta a Deus, visto que os “pobrezitos são nossos irmãos” (Rodrigues, 1931, p. 107). Discurso semelhante sobre o papel da mulher branca portuguesa na colonização é feito também por Gabriel Henriques, pai de Margarida, que afirma que “A mulher branca é, também, um factor de civilização!” (Rodrigues, 1931, p. 116).

Margarida, que também descreve as populações nativas como infantis e “ingénuas” (Rodrigues, 1931, p. 51), apesar do seu comportamento por vezes sádico, por exemplo quando reconhece que o transporte de machila é uma “crueldade”, mas mesmo assim goza com a autoridade que o uso desse transporte a confere (Rodrigues, 1931), possui uma curiosidade aguçada e exotizante em relação à cultura local. Essa curiosidade diante de uma alteridade percebida como infantil e exótica, mesmo que não afete profundamente a identidade de Margarida, permite-nos conhecer algumas práticas culturais africanas que são valoradas positivamente no texto. Nesse sentido, por exemplo, ao comparar a infidelidade feminina no casamento, diz que enquanto na Europa se faz um “drama” que pode levar as mulheres infiéis à morte, em África as coisas se resolvem mais facilmente com a restituição da mulher à casa paterna e a devolução do “lóbulo” ou a substituição da esposa infiel por uma irmã (Rodrigues, 1931).

Através da voz de dois personagens negros que trabalham para a família de



Margarida, Frôro/Canzira, descrita como uma “rapariga desempoeirada para quem os preconceitos não valiam, diligente, alegre, curiosa de civilização” (Rodrigues, 1931, p. 30), e Caricoca, descrito como um “Apolo de azeviche” (Rodrigues, 1931, p. 34), conhecemos não só práticas locais que são valoradas positivamente, mas também percebemos tensões em torno da colonização portuguesa. Frôro, por exemplo, ao descrever rituais fúnebres africanos, que são equiparados por Margarida a velhos ritos gregos e cristãos, leva a portuguesa à conclusão de que a antropofagia era uma antiga prática não só de africanos mas também de europeus (Rodrigues, 1931), enquanto Caricoca, ao narrar as guerras portuguesas contra os barués, afirma que esta foi causada pelos elevados mussocos e pelo sequestro de mulheres baruístas, o que leva Margarida a reconhecer que com a colonização “O branco expulsára o preto do Paraíso” (Rodrigues, 1931, p. 83). No entanto, ao final do diálogo, contrariando toda a discussão, Caricoca, para agradar a Margarida, e Maria Amélia, para agradar ao seu público leitor (português), diz que os portugueses não são maus, que tratam preto como gente, que os maus são os ingleses (Rodrigues, 1931).

No que se refere à construção dos colonizadores, mesmo os portugueses mais críticos à colonização daquele momento concordam com a ideia da suposta superioridade cultural e civilizacional portuguesa. Nesse sentido, apesar de todas as críticas à precariedade da colonização portuguesa contidas no livro, as diferentes vozes de personagens brancos concluem que, ainda que seja necessário fazer mais, a colonização não só não envergonha os portugueses como também é admirável (Rodrigues, 1931). Esse tipo de conclusão que ameniza as críticas à precariedade da colonização portuguesa narradas pelo próprio romance, assim como elogios explícitos à Agência Geral das Colônias e aos Concursos de Literatura Colonial (Rodrigues, 1931), certamente impede que a obra seja desclassificada do VI Concurso sob a alegação de não servir como propaganda colonial⁵. Ademais, é preciso deixar claro que, assim como nas obras de Fernanda de Castro (1925, 1929), as críticas à precariedade da “missão civilizadora” portuguesa não servem para questionar a colonização, ao contrário, visam aperfeiçoá-la. Afinal, como diz o narrador, “era tempo de reagir” não só pela “dignidade do povo colonizador!” (Rodrigues, 1931, p. 23), mas também, como aponta o personagem Gabriel Henriques, porque o “atual” estado das coisas faria Portugal perder as suas colônias (Rodrigues, 1931).

Para conseguir tal efeito, a obra produz uma distinção entre os bons e heroicos colonizadores do passado (quinhentista) e o egoísmo e a precariedade da colonização daquele momento, a qual pode ser situada no período imediatamente posterior ao fim da primeira república portuguesa. Nesse sentido, como também aponta Ana Paula Ferreira (2020), o que se pretende é, antes de tudo, demonizar a colonização portuguesa do período republicano, especialmente o seu anticlericalismo, ao mesmo tempo em que se aposta em uma nova colonização representada pelo casal cristão e antirrepublicano Margarida/Eva e

⁵ Entre 1926 e 1931, cinco obras foram excluídas dos Concursos de Literatura Colonial sob a alegação de que não serviam à propaganda colonial portuguesa, especialmente por causa das críticas à precariedade do colonialismo português. No entanto, todas as obras buscavam aperfeiçoar a colonização, e não a extinguir. Sobre isto, consultar Maia (2023, 2024).

Manuel Rosa/Adão. No entanto, ao contrário da idealização higienista de Fernanda de Castro (1929) em torno do casal de regenerados Maria Luiza e Pedro Amaral, ainda que Margarida seja construída como uma guardiã da raça e da portugalidade e que Manuel seja capaz de produzir uma nova colonização a partir do trabalho árduo, a personagem feminina só reelabora o seu papel na colonização, assim como sua percepção sobre África, a partir de uma desilusão amorosa em Lisboa e da sua reafirmação como mulher cristã. Nesse sentido, somente ao abandonar a frivolidade mundana de João, antiga paixão que ficou em Lisboa, construído no romance como a cobra que tenta Eva/Margarida a cometer o pecado da infidelidade, e se reconhecer como uma mulher cristã (Rodrigues, 1931), é que Margarida consegue ressignificar não só o seu papel como agente colonial, mas também sobre África, que deixa de ser percebida como o “Inferno dos vivos!” (Rodrigues, 1931, p. 29) para se tornar o “paraíso” na terra (Rodrigues, 1931). Como argumenta Ferreira,

Maria Amélia Rodrigues's *Adão e Eva* presents the circuitous process leading the protagonist, Margarida, to finally submit to her husband's love for her and the African land. A wise strategist, he takes her back to Lisbon to enjoy her past social life, including seeing her good-for-nothing former boyfriend, so that she can confront the superficiality of it all and willingly embrace married life as a colonist in Tête (Mozambique) (Ferreira, 2020, p. 59).

Nessa idealização religiosa dos problemas da colonização portuguesa, a miscigenação, apesar de indesejada, não se constitui como um problema, especialmente porque não parece generalizada ao ponto de se tornar uma questão relevante no texto, sendo, ao contrário, reduzida narrativamente a casos pontuais. Nesse sentido, por exemplo, a miscigenação de Joaquina, descrita como uma mulher de “beleza selvagem”, que tem nas veias as “qualidades de sangue: branco, preto, índio...”, faltando-lhe apenas “um amarelo para que fosse a síntese da humanidade” (Rodrigues, 1931, p. 126), ganha um tom cômico e desumanizante. Apesar de não temer a miscigenação, a cafrealização, entendida como a incorporação de valores e hábitos africanos por parte dos colonizadores, é algo temido principalmente pelas mulheres brancas. Assim sendo, elas receiam tanto a cafrealização das mulheres brancas, por conta do afastamento da metrópole a que estão submetidas, o que as distancia da “civilização”, como também temem que a precariedade da colonização portuguesa leve à incorporação de hábitos “indígenas”. Nesse sentido, por exemplo, a falta de hospitais tem levado portugueses a recorrerem a tratamentos (médicos) indígenas (Rodrigues, 1931). De forma geral, portanto, podemos dizer que cabe as mulheres portuguesas, assim como nas obras de Fernanda de Castro (1925, 1929), não só o papel de guardiãs da raça e da identidade portuguesa, mas também serem agentes coloniais capazes de reabilitar a colonização, seja a partir da educação dos nativos, como recomenda Maria Ana (Rodrigues, 1931), seja a partir da constituição de famílias brancas, cristãs e antirrepublicanas, dispostas não só ao trabalho árduo, mas também a fazerem de África o seu paraíso, como sugere o percurso formativo de Margarida (Rodrigues, 1931).

Antes do casamento de Margarida, narrada como uma “Vitória do espírito” sobre a



carne (Rodrigues, 1931, p. 277), e do milagre eucarístico da sua transformação em “santa” (Rodrigues, 1931, p. 261), ou melhor em Eva, e da transformação de Manuel de “*prémio de fealdad*” (Rodrigues, 1931, p. 124) em “príncipe” (Rodrigues, 1931, p. 277), ou melhor em Adão, o espaço moçambicano é narrado como *locus horrendus*, uma terra “má”, um “inferno” (Rodrigues, 1931, p. 11), o “inferno dos vivos” (Rodrigues, 1931, p. 29).

Nesse momento, a precariedade da colonização portuguesa acentua a ideia da inospitalidade africana, e Tete torna-se um distrito infestado de varíola e lepra (Rodrigues, 1931). A jornada da heroína portuguesa, no entanto, e a sua canonização através do casamento, não só transforma Margarida e Manuel em Adão e Eva, como também transforma o “inferno” em “paraíso”, “onde a água e os frutos, os peixes e as aves se oferecem, resignados, à nossa gula” (Rodrigues, 1931, p. 280), onde “As várzeas parecem jardins e os bosques de algodoeiros, flocos de neve” (Rodrigues, 1931, p. 280). Nesse sentido, podemos dizer que a mudança, de caráter fundamentalmente religioso, dos colonizadores, transforma a natureza e o espaço africano em *locus amoenus*, um espaço de “amplidão, paz, isolamento” (Rodrigues, 1931, p. 280), onde a natureza se prostra ao contato de Adão/Miguel e Eva/Margarida, restaurando assim não só a “missão civilizadora” portuguesa, mas também a ideia de que “o maior factor do progresso, nas colónias, é a religião” (Rodrigues, 1931, p. 65).

De forma geral, podemos dizer também que apesar da precariedade da colonização portuguesa, narrada como circunstância provisória, e apesar do pessimismo sebastianista de Gabriel Henriques (Rodrigues, 1931), o romance não só busca despertar na juventude portuguesa, através do jovem casal Margarida e Manuel, o gosto pelas causas coloniais, como também faz uma apologia da colonização como missão civilizadora. Para isto, no entanto, não só é preciso de melhores colonizadores, especialmente que sejam cristãos e antirrepublicanos, mas que também seja proibida a “emigração para as colónias de todos os analfabetos e de todos os viciosos” (Rodrigues, 1931, p. 114). A obra, portanto, não só busca desfazer o mito da inospitalidade africana, mas também busca produzir o tipo de colonizador desejado.

Por fim, no que se refere especificamente à autoria feminina, não podemos dizer que há inovações, ou mesmo diferenças significativas, do ponto de vista estético, em relação à autoria masculina. No entanto, há alguns temas, que apesar de pouco desenvolvidos na obra nos parecem, nesse arquivo colonial, exclusivos da autoria feminina, como a discussão da educação (Rodrigues, 1931) e da igualdade das mulheres brancas (Rodrigues, 1931). Apesar disso, assim como em Fernanda de Castro (1931), não há em Rodrigues espaço ou sororidade com as mulheres negras.

Considerações finais: o pacto da branquitude

Como pudemos ver, as três obras analisadas reproduzem e reafirmam tanto os tópicos coloniais da subalternização cultural e civilizacional africana quanto da suposta superioridade do colonizador português. Para isto, a principal estratégia utilizada é a



infantilização dos sujeitos e das culturas africanas, que são divididos narrativamente entre bons e maus selvagens, ainda que também se recorra ao higienismo finissecular, especialmente em *O veneno do sol* (1929). Do mesmo modo, para explicar a narrada precariedade da colonização portuguesa, durante ou logo após o período republicano, divide-se também os portugueses entre bons e maus colonizadores. Nesse caso, enquanto no romance infantil essa separação se refere principalmente à classe social, em *O veneno do sol* o foco está na ideia de degeneração e em *Adão e Eva* diz respeito a uma questão religiosa. Ademais, também podemos dizer que as três obras, apesar da falta de heroicidade dos portugueses e da precariedade da colonização, não só fazem uma apologia da colonização como missão civilizadora, como também buscam despertar na juventude o gosto pelas causas coloniais.

No que se refere ao espaço africano, no entanto, há reinvenções em relação à perspectiva mais recorrente da literatura colonial, conforme Mata (2014), como *locus horrendus*. Nesse sentido, em *Mariazinha em África* tanto encontramos paisagens africanas idílicas e misteriosas quanto espacialidades descritas como *locus horrendus*, enquanto em *O veneno do sol* a ideia de *locus horrendus* não passa de um mito construído pelos maus colonizadores e em *Adão e Eva* o amor cristão não só “purifica” as personagens como transforma o espaço moçambicano em *locus amoenus*. Nesse sentido, alinhadas às expectativas de Armando Cortesão, contidas na primeira ata dos Concursos (Boletim, 1926/14), podemos dizer que a autoria feminina colonial do período republicano busca não só promover a imigração portuguesa para as colônias, mas também desfazer o as “lendas e imaginações” da inospitalidade africana.

Quanto a possíveis elementos diferenciadores da autoria feminina colonial portuguesa, as três obras destacam-se, especialmente, pelo protagonismo feminino e pela discussão de temas importantes para as mulheres brancas. No entanto, duas delas apostam também na imagem do casal e da união heterossexual como saída para a precariedade do colonialismo português, onde as mulheres cumprem o papel de guardiãs da raça branca e da identidade nacional portuguesa. Não há, no entanto, como já referimos, qualquer solidariedade com homens e mulheres africanos.

Em *Mariazinha em África* destacamos também certa desestabilização dos estereótipos coloniais de gênero, especialmente a partir de crianças portuguesas, assim como o pioneirismo do gênero literário infantil no arquivo colonial português, enquanto em *O veneno do sol* e *Adão e Eva*, apesar de não termos percebido elementos textuais distintivos em relação à autoria masculina, há discussões sobre a mulheridade branca que não costumam habitar os livros de autoria masculina, como a denúncia da violência doméstica e do casamento como escravidão e a discussão da educação e da igualdade de mulheres.

Por fim, dialogando com algumas considerações de Ferreira (2020) e Falconi (2021) em torno da autoria feminina portuguesa de perspectiva colonial, podemos dizer que, ao contrário de algumas obras analisadas pelas duas pesquisadoras, não há nas três obras



examinadas neste artigo, como pudemos ver, qualquer tipo de denúncia seja contra a exploração ou a desumanização de homens e mulheres africanos (Ferreira, 2020, p. 8), seja contra a violência e o abuso da miscigenação portuguesa em relação às mulheres africanas (Ferreira, 2020). Assim como também não há uma agenda afirmativa do mundo “nativo” (Falconi, 2021, p. 45), capaz de desestabilizar o colonialismo (McClintock, 2010).

Por outro lado, concordando com as duas pesquisadoras, podemos dizer que há uma cumplicidade das obras e autoras com tópicos racistas (Ferreira, 2020), como observamos na construção subalternizante de africanos, assim como há uma precedência do colonialismo sobre questões feministas, o que engaja as autoras tanto na urgência de colonizar a África quanto de civilizar os próprios portugueses (Ferreira, 2020), mas não produz sororidade com mulheres negras, como pontuamos na discussão do casamento, da violência doméstica e da educação feminina. Por fim, podemos dizer que as três obras são narrativas de regeneração do colonialismo português (Ferreira, 2020), uma vez que estão interessadas em aperfeiçoar a precariedade da “missão civilizadora”, assim como são narrativas que explicitam a cumplicidade material e simbólica das autoras com o colonialismo (Falconi, 2021).

Referências

AMADO, Leopoldo. **Guineidade & Africanidade**: estudos, crônicas, ensaios e outros textos. Lisboa: Edições Vieira da Silva, 2013.

AUGEL, Moema. **O deságio do escombro**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BEIRÃO, Margarida. **Mariazinha em África, de Fernanda de Castro**: Representações coloniais. 2018. Dissertação (Mestrado em Línguas, Literaturas e Culturas) – Universidade de Aveiro, 2018. Disponível em: <https://ria.ua.pt/handle/10773/25216>. Acesso em: 20 maio 2024.

BOLETIM da Agência Geral das Colónias. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/BGC.aspx>. Acesso em: 07 maio 2024.

CASTRO, Fernanda de. **Mariazinha em África**: romance para meninos. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1925.

CASTRO, Fernanda de. **Mariazinha em África**: romance infantil. Lisboa: Portugália Editora, 1940.

CASTRO, Fernanda de. **O veneno do sol**: romance. Lisboa: Tip. Emp. do Anuário Comercial, 1929.

FALCONI, Jessica. Literatura colonial de autoria feminina: *O último batuque*, de Maria do Céu Coelho. **Portuguese Cultural Studies**, v. 7, iss. 1, p. 39-50, 2021.

FERREIRA, Ana Paula. **Women writing portuguese colonialism in Africa**. Liverpool: Liverpool University Press, 2020.



GALVÃO, Henrique. **Em terra de Pretos**: crônicas d'Angola. Lisboa: Aillaud & Bertrand, 1929.

GARCIA, José Luís Lima. **Ideologia e propaganda colonial no Estado Novo**: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar 1924-1974. 2011. Tese (Doutorado em História), Universidade de Coimbra, 2011. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/20029/1/Tese-AGC-Lima%20Garcia.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

LIMA, Veva de. **D'Aquem & D'Alem-Mar**: chronicas de viagem (1923-1924). Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1928.

MAIA, Helder Thiago. O problema é a república: os livros rejeitados dos Concursos de Literatura Colonial (1928-1929). **Revista Alere**, v. 28, n. 2, p. 227-262, 2023.

MAIA, Helder Thiago. Vozes dissonantes: os livros rejeitados dos Concursos de Literatura Colonial (1926-1933). **Confluence**: rivisat di studi iberoamericani, v. XVI, n. 1, p. 268-287, 2024.

MATA, Inocência. Literaturas em português: encruzilhadas atlânticas. **Via Atlântica**, v. 1, n. 25, p. 59-82, 2014.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

RODRIGUES, Maria Amélia. **Adão e Eva**: romance colonial. Lisboa: João Romano Torres, 1931.

NOTAS DE AUTORIA

Helder Thiago Cordeiro Maia (heldermaia@edu.ulisboa.pt) é investigador no Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa.

Agradecimentos

Não se aplica.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da ABNT

MAIA, Helder Thiago. A literatura colonial de mulheres: Fernanda de Castro e Maria Amélia Rodrigues nos Concursos de Literatura Colonial (1926-1931). *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 30, p. 01-18, 2025.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

Esta pesquisa é financiada pela Fundação para Ciência e Tecnologia no âmbito do projecto *Fissuras nas colonialidade de gênero*, n. 2022.00903.CEECIND.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não se aplica.



Licença de uso

Os/as autores/as cedem à Revista Anuário de Literatura os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](#). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Literatura. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus/suas autores/as, não representando, necessariamente, a opinião dos/as editores/as ou da universidade.

Histórico

Recebido em: 20/05/2024

Revisões requeridas em: 15/11/2024

Aprovado em: 13/01/2025

Publicado em: 24/01/2025

